

**Comunicação, reflexividade e interseccionalidade:
Por uma ecologia da ação comunicacional em nome da diversidade¹**

Guilherme Libardi²
Mateus Vilela³
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade SATC

Resumo

O presente estudo tem como objetivo situar a questão da comunicação no cenário pós-moderno em que o fluxo de informações é intenso e, muitas vezes, não confere um pensamento crítico sobre o que está sendo informado. Para tratar deste problema, realizamos uma pesquisa qualitativa a partir da pesquisa bibliográfica, direcionando a discussão junto a três autores principais: Jean-François Lyotard, Dominique Wolton e Edgar Morin. Identificamos que a avalanche informacional culmina mais em incomunicação do que em compreensão. Portanto, faz-se necessário repensar o fazer da comunicação, incluindo o papel do comunicador e do sujeito neste processo. Propomos a articulação dos conceitos de reflexividade e interseccionalidade no fazer da comunicação. É sobre isso que trata a ecologia da ação comunicacional: uma alternativa em nome da compreensão, da tolerância e da convivência com a diversidade.

Palavras-chave

Pós-modernidade; Comunicação; Diversidade; Reflexividade; Interseccionalidade

1. Introdução: a crise da comunicação no cenário pós-moderno

Ao reivindicarem o posto de dispositivos tecnológicos de mediação simbólica, os *media* modernos lançaram sobre o social um olhar salvador e emancipador. No entanto, o pacto de corrigir injustiças sociais, trazer igualdade de acesso e incentivar a utopia

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: glibardi@gmail.com

³ Docente nos cursos de Jornalismo; Design gráfico; Publicidade e Propaganda na Faculdade SATC. Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Email: mateusvilela@gmail.com

comunitária falhou. Constatando o fracasso deste ideal, as mídias não foram poupadas à medida que a pós-modernidade avançou, instaurando uma crise generalizada.

Neste contexto, a pós-modernidade surge na segunda metade do século XX, com estreita ligação com os meios de massa e descrença em relação aos saberes atemporais e universalizantes, às ideias de progresso, razão e história. Há uma crise dos metarrelatos (NIETZSCHE, 2007). Esta ruptura transforma as condições de produção do saber, abalando principalmente o espaço de debates na academia. A legitimidade incontestável da filosofia moderna é trocada pela incerteza.

Nem mesmo a cibercultura, tida como a legítima herdeira da filosofia das luzes propagando fraternidade, igualdade e liberdade, foi capaz de impedir a crise de atingir a comunicação social. Apesar da expansão da noosfera, os processos comunicativos de diversos setores da mídia hegemônica insistem na unidimensionalidade de seus discursos, sendo pautados pela aversão à diversidade em busca da preservação do *status quo*. Esta é estratégia é mobilizado por um misto de interesses ideológicos, políticos e econômicos. Diante desta conjuntura, esta investigação busca refletir sobre os processos de produção instaurados pela técnica e o seu reflexo na relação entre meios de comunicação e sujeitos. Em suma, pretendemos pensar a questão da diversidade na comunicação a partir de uma nova ecologia da ação comunicacional, propondo a articulação de uma dupla de conceitos que sirvam como ferramenta teórica para tal. A metodologia deste estudo baseia-se na técnica de pesquisa bibliográfica, se estabelecendo na conjugação de um diálogo interdisciplinar, tendo como pano de fundo os problemas instaurados na pós-modernidade, assunto abordado na próxima seção.

2. A ideologia tecnicista e a incomunicação

A abundância informacional, um dos maiores anseios da modernidade, corrobora com o posicionamento de Dominique Wolton (2011) de que informar não é comunicar. A comunicação tem sempre um resultado incerto, pois reconhece a incontornável alteridade entre os indivíduos. Ademais, reclama por tolerância e empatia, ao entender que depende do outro. A informação esvaziada de alteridade delimita-se a ser somente mensagem, enquanto a comunicação pressupõe relação. Nesse cenário, o horizonte pós-moderno na ciência inaugura-se orientado à profusão de saberes mediados pela técnica.

Abre-se espaço para a produção de dados que, a partir da técnica, são comercializados em forma de *bits* e como informação, ignorando a instância subjetiva da comunicação⁴.

A produção do conhecimento debruça-se sobre a técnica de forma que toda a sua energia passa a ser direcionada ao progresso tecnológico que, por sua vez, tem como finalidade a obtenção de lucro – interesse da estrutura ocidental capitalista vigente até os dias atuais. Este é o cenário pós-moderno delineado por Lyotard, cujo pensamento sinaliza que “a conjunção ‘orgânica’ da técnica com o lucro precede a sua junção com a ciência” (1986, p.82). Para o autor, grandes volumes de informações se travestem de conhecimento. “A enciclopédia de amanhã são os bancos de dados. Eles excedem a capacidade de cada usuário. Eles são a ‘natureza’ para o homem pós-moderno” (LYOTARD, 1986, p. 93).

Assim como McLuhan (1972) previa, a era do logos, passados vinte e cinco séculos, entrou em decadência. A pós-modernidade trouxe a revolução dos números, que é a revolução amparada pelas máquinas eletrônicas, pelos *bits*, que constantemente tem se sobreposto à cultura da palavra. Segundo Martins (2015) não existe mais o regime que separava a palavra e o número. São os números que contam, são eles a promessa, são eles o futuro, mesmo para as crises culturais, são eles que são convocados.

A questão do grande volume de dados da qual Lyotard (1986) se refere é pensada por Wolton (2011) pela premissa de que estes dados, hoje, são espalhados de forma massiva no formato de informação. O que impulsiona a profusão destas informações numa escala global é o desenvolvimento frenético dos diversos meios de comunicação e, em especial, da internet através dos sites de redes sociais e *blogs*. Ora, a princípio, poderíamos considerar tal fenômeno como a inauguração da era da democratização do saber. Deveríamos celebrar o progresso tecnológico que nos concedeu a possibilidade de consumirmos (quase) toda informação que bem entendermos.

Para Wolton, este cenário está longe de repercutir de forma realmente positiva no mundo globalizado porque “o progresso tecnológico não é mais sinônimo de progresso

⁴ Mesmo com a tentativa de muitos filósofos de reconciliar a razão e a subjetividade, através do poder da religião e da volta às origens, não houve grande sucesso em tal empreitada (HABERMAS, 2000). Nietzsche (2007), por exemplo, acreditava que essa reconciliação não poderia ser feita através da volta às origens, porque a vida arcaica e o mito foram dissolvidos no processo de racionalização da modernidade iniciado por Sócrates.

de comunicação” (2011, p. 46). Apenas comunicação é capaz de gerar compreensão. A informação, no cenário caótico do fluxo de informações atual, produz incomunicação, ou seja, incompreensão. As transformações na ordem da relação entre informação e comunicação de massa vêm ocorrendo há tempo, desde o desenvolvimento da imprensa na Alemanha em 1440. No entanto, a profusão de informação no contexto pós-moderno de relação entre sujeitos e meios de comunicação traz consequências que superam esta relação de dois polos. Ela passa a ser multipolar.

A preocupação de Wolton com o tecnicismo pode ser ainda estendida à administração das diferenças. Em um contexto onde a informação e a comunicação são cada vez mais personalizadas e onipresentes, há uma tendência ao aumento das diferenças, sejam elas sociais, culturais ou intelectuais. O aumento dos conteúdos de nichos também favorece que o sujeito se limite aos grupos ao qual tem interesse mantendo um afastamento sobre outros temas que não são de sua predileção⁵.

A crença na técnica enquanto instrumento salvador do saber é considerada por Wolton como uma ideologia tecnicista. “Ela significa subordinar o progresso da comunicação humana e social ao progresso das tecnologias. É também atribuir às tecnologias o poder de mudar estruturalmente o modelo da sociedade” (2011, p. 29,30). Este fenômeno, segundo o autor, ao passo em que potencializou a profusão de informações, também gerou mais ruídos na comunicação. Isto porque a sociedade não é capaz de processar e refletir sobre tamanho volume de dados. Além do mais, não há formas de acumular tantos saberes que suportem uma interpretação crítica de cada nova informação. Ou seja, “o problema não é o volume de informação, mas sim ter os conhecimentos necessários para interpretá-los” (WOLTON, 2011, p. 78).

Em uma análise similar, Rüdiger (2008, p.22) crê que estamos ingressando na era da ignorância acerca de como a vida funciona e organiza-se. Para ele, quanto mais a existência se informatiza, maior a alienação da sociedade. “Entre aqueles que sabem consertar um computador [...] são muito pouco os que sabem explicar por que ele funciona, [...] pode-se imaginar o quanto pouco virão a saber sobre as estruturas que sustentam seu mundo as massas deste século XXI”. Enquanto a enciclopédia alimentava

⁵ Para mais detalhes deste fenômeno, ver *O filtro invisível* (PARISER, 2012).

o sonho do homem moderno de educação universal, a internet não chega nem perto de alimentar essa utopia, visto que prioriza a diversão.

Nesse cenário, as relações entre os próprios sujeitos, mediadas por meios de comunicação, também são sacudidas. A convivência entre iguais e diferentes é fortemente abalada. Esta é a consequência central da ideologia tecnicista: o esquecimento das subjetividades humanas que flutuam em todo o processo de comunicação. “A ideologia tecnicista só fala de velocidade e continuidade, como nos sistemas de informação. Os homens, as sociedades e a comunicação funcionam mais na descontinuidade e na convivência” (WOLTON, 2011, p. 82). Para o autor, portanto, o excesso de informação impulsionado pelo progresso tecnológico e por interesses econômicos ignorou a ideia de comunicação. Morin se debruçará sobre este problema para pensar as relações interpessoais.

3. A ecologia da ação e uma ética para o outro

A questão da tolerância encontra diálogo com o pensamento de Morin (2011) ao tratar sobre a ecologia da ação e a busca por uma autoética que desemboque em um modo de vida altruísta. A fim de contextualizar esta discussão, o autor remonta ao que já foi explorado por Lyotard (1986) e Wolton (2011) acerca das transformações no modo de produzir ciência/informação.

Para Morin (2011), o que temos hoje, no âmbito do fazer científico, é o que ele denomina de uma tecnociência. Este “tipo” de ciência baseia-se nos pressupostos de desenvolvimento tecnológico e econômico enquanto únicas formas de progresso. O autor é contundente ao expor as consequências desta racionalização: “A aliança cada vez mais estreita entre ciências e tecnologias produziu a tecnociência, cujo desenvolvimento descontrolado, ligado ao da economia, levou à degradação da biosfera e ameaça à humanidade” (MORIN, 2011, p. 51). Neste cenário, entre outras inconveniências, podemos citar o esvaziamento de um interesse pelas questões humanas que orbitam todo o processo científico, uma vez que a ciência é produzida por e para seres humanos de forma direta ou indireta.

A partir do momento em que se operou a disjunção entre, de um lado, a subjetividade humana, reservada à poesia ou à filosofia, e, do outro lado, a objetividade do saber, característica da ciência, o conhecimento científico desenvolveu os modos mais refinados para conhecer todos os

objetos possíveis, mas se tornou completamente cego para a subjetividade humana; tornou-se cego em relação ao próprio avanço da ciência, que não pode conhecer-se nem se pensar com os métodos que dispõe (MORIN, 2011, p. 72).

Há, portanto, uma hiperespecialização dos saberes, gerando uma intensa desconexão entre a cultura científica e a cultura das humanidades. Retirar a cultura das humanidades do fazer científico significa valorizar uma ética econômica em detrimento de uma ética para o outro, ou seja, de uma ética altruísta.

O autor considera que uma das grandes problemáticas do século XXI – caracterizado por este hiperdesenvolvimento tecnocientífico –, é construir uma ética (e uma ciência) que inclua o outro como ser humano que compartilha de um mesmo lar: o planeta Terra. Para isso, é fundamental o desenvolvimento de uma autoética e de uma ética para o outro. Ela faz-se necessária porque, quando atrofiada, “[...] leva à negligência quanto à experiência vivida” (MORIN, 2011, p. 140), ou seja, leva à intolerância de si e dos outros. A construção efetiva da autoética diz respeito, portanto, em “disciplinar o egocentrismo; desenvolver o altruísmo” (MORIN, 2011, p. 142). Ela é essencial para que sejamos capazes de compreender a nossa identidade humana em nível complexo, controlando nossa barbárie esvaziando o egoísmo e ampliando o altruísmo. Desse modo, conseguimos enxergar o “humano” em cada um dos nossos comuns e dos nossos estranhos. É o princípio de uma ética altruísta, ou seja, “uma ética da religação que exige manter a abertura ao outro, salvaguardar o sentimento de identidade comum, consolidar e tonificar a compreensão do outro” (MORIN, 2011, p. 103).

Entretanto, Morin complexifica esta lógica linear de autoética em direção à uma ética altruísta ao introduzir a questão do contexto individual e cultural no qual cada sujeito tem suas experiências vividas. Estas variáveis interferem no que o autor denomina de ecologia da ação. Ela diz respeito ao “fluxo” entre a intenção e a ação do emissor e a sua interpretação pelo sujeito. Assim como o processo de comunicação, a ecologia da ação aponta que nossos atos/mensagens nem sempre chegam ao destinatário preservando seu sentido intencional primário. Quanto mais “culturalmente distante” de nós, mais as intenções das mensagens se distorcem. Ou seja, nas palavras do autor, “a ecologia da ação, que mostra que toda ação escapa ao seu autor ao entrar no jogo complexo das inter-retroações sociais, estabelece um princípio de imprevisibilidade dos resultados da ação” (MORIN, 2011, p. 81). Desse modo, todo ato ético é uma aposta que requer uma

estratégia. Nesse contexto tensionado por Morin, podemos pensar de que forma a ecologia da ação na pós-modernidade, permeada pelo intenso fluxo de informações, vem contribuindo com a construção autoética para a tolerância em relação ao outro. A problemática da diversidade, portanto, entra em jogo.

Morin (2011) defende um conhecimento complexo abarcando vários pontos de vistas, não apegado à razão cega e ao formalismo exacerbado, mas próximo do comum, do ordinário. Este panorama e os conceitos expostos nos conduzem ao problema da escassez de tolerância, resultado da exclusão da subjetividade humana em detrimento da técnica e da economia. Deixamos de lado uma formação autoética e, por consequência, ampliamos a intolerância em relação ao outro. O trato com a diversidade, portanto, passa a ser visto como um problema. A questão da compreensão e aceitação do outro, portanto, parece estar no centro do debate.

A diversidade cultural recoloca a questão das desigualdades diante da informação. Como passar da diversidade cultural de fato à construção de uma política de convivência cultural? Como passar do respeito dos valores universais da liberdade de informação ao reconhecimento da diversidade cultural? (WOLTON, 2011, p. 57).

O tema da diversidade na conjuntura pós-moderna apresenta-se, portanto, como um projeto político que se constitui a partir das relações e tensões forjadas no âmbito dos processos de comunicação. Sendo assim, podemos pensar, a partir da ecologia da ação (MORIN, 2011), que a comunicação deve reorganizar seus processos tendo em vista a ampla diversidade de sujeitos, públicos, audiências no cenário globalizado e hiperconectado em que vivemos. Tratar e produzir uma suposta “comunicação” somente pela ótica da produção de informações parece constituir uma ameaça à compreensão da diferença. Afinal, como atesta Wolton, “a velocidade da informação pode também se tornar uma arma fatal na medida em que as disputas da diversidade cultural necessitam do tempo e da lentidão para superar os estereótipos mútuos e conseguir construir um mínimo de convivência cultural” (2011, p. 58).

Somente repensando a comunicação seremos competentes para promover a aproximação e a tolerância entre desiguais no âmbito dos produtos midiáticos. Conforme esboçado por Morin, o altruísmo decorre naturalmente no âmbito do cinema, por exemplo, quando conseguimos sentir simpatia até mesmo pelo vilão. “É essa

compreensão, tão viva na vida imaginária, que nos falta na vida desperta, [...] no mundo da informação midiática” (MORIN, 2011, p. 113).

O trato com a diferença em uma sociedade mergulhada em fluxos de informação rasos, portanto, se apresenta como um desafio tanto para as práticas do mercado, quanto para as do campo científico. De que forma empreender uma abordagem que consiga incluir, na ecologia da ação da comunicação, uma perspectiva complexa das práticas de si e da subjetividade do Outro?

4. Reflexividade e interseccionalidade: ferramentas teóricas para um pensamento comunicacional complexo

Até aqui, discorreremos – desde um paradigma pós-moderno – sobre o problema da supervalorização da informação, da conseqüente incomunicação e, como deflagração, o apagamento da diversidade na ecologia da ação comunicacional. Propomos, portanto, a apreciação de um posicionamento reflexivo e uma abordagem interseccional como ferramentas conceituais úteis para iluminar as práticas na ecologia da ação comunicacional.

Para tratar sobre a reflexividade, nos apoiamos no pensamento de Boaventura de Souza Santos. Para o autor, a prática reflexiva é tributária da crise da ordem científica positivista, em que a validade do conhecimento é colocada sob suspeita, conforme já vimos nas seções anteriores. A reflexividade, portanto, se dá como uma estratégia para “aumentar” a validade de um estudo a partir da exposição das subjetividades que permeiam o objeto e o pesquisador. Enquanto na ciência moderna presumia-se a objetividade de qualquer fazer científico, a pós-modernidade inaugura um olhar subjetivo sobre estas práticas. “A ciência pós-moderna não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável; o seu estilo é a configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista (SANTOS, 1988, p. 48). Partindo da premissa de que há uma íntima relação entre pesquisador e objeto, cabe ao pesquisador reconhecer e assumir que tanto o objeto, quanto o próprio investigador, faz parte de um mundo social. A reflexividade, assim, coloca no mesmo plano o sujeito empírico (objeto) e sujeito epistêmico (pesquisador), o produtor de conhecimento. Cabe a este último reconhecer seus limites e sua interferência no processo de pesquisa. Isto, obviamente, exige um

amadurecimento psíquico do próprio pesquisador. Somente entendendo a si mesmo, o investigador terá acesso aos processos subjetivos que alimentam a condução do seu ofício – o que se aproxima do conceito de auto ética de Morin. Considerando que o sujeito pesquisador compõe a ecologia da ação comunicacional, compreender a si próprio é fundamental.

Mesmo que a reflexividade tenha uma ligação clássica com o conceito de razão⁶, a compreensão do *self* é propriedade social do indivíduo, não possui começo ou fim por ter um fluxo contínuo, e necessita do outro para acontecer (MEAD, 2015). Dessa forma, a reflexividade, assim como a comunicação, precisa do outro. Giddens (1991) acrescenta ainda a ideia de monitoramento reflexivo, a partir dos ideais modernos de informação e conhecimento, que também pode ser articulado com o conceito de interseccionalidade apresentado a seguir.

Termo bastante caro ao pensamento feminista, a interseccionalidade, diz respeito à proposta complexa de considerar as múltiplas camadas de marcadores sociais que compõem a identidade do sujeito: gênero, raça, classe, sexualidade, etnia, entre outras, nas descrições e análises de fenômenos sociais com indivíduos. Avtar Brah considera que é a partir de uma perspectiva que considere as múltiplas articulações entre os marcadores que “[...] podemos focalizar um dado contexto e diferenciar entre a demarcação de uma categoria como objeto de discurso social, como categoria analítica e como tema de mobilização política” (BRAH, 2006, p. 353). Para Piscitelli (2008), a abordagem interseccional é útil para pensar a produção de sujeitos, desvelando continuidades e contradições nos processos de, por exemplo, racialização/sexualização de si e de outros. O seu conceito surge carregado de uma conotação política pois questiona a universalidade da categoria “gênero” em sua versão estadunidense, de classe média e branca. Brah chama a atenção “para a importância de analisar a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social” (2006, p. 332). Portanto, a interseccionalidade emerge como uma abordagem construcionista útil para desenvolver leituras complexas que estejam atentas às negociações, articulações e sobreposições de diferentes estruturas de poder que encontram nos marcadores sociais o seu *locus* de circulação. Essas estruturas de poder, segundo Prins (2006) produz sujeitos e relações que

⁶ Vide sua aparição e discussão nas obras de Descartes, Kant e Hegel.

são transformados constantemente por pontos de resistência e batalhas. A partir da abordagem construcionista, a categoria de poder é uma possibilidade de ação e, os marcadores sociais que compõem a identidade do sujeito, locais de batalha.

Ambos os conceitos apresentados acima – reflexividade e interseccionalidade – encontram um espaço oportuno para serem articulados no que estamos denominando de ecologia de ação comunicacional. Se, conforme Morin, a ecologia da ação diz respeito ao pensamento complexo das múltiplas variáveis e posições discursivas que se estabelecem nas relações; uma perspectiva comunicacional apoiada nas ideias de reflexividade e interseccionalidade corroboram para uma ação comunicacional altruísta e complexa. Defendemos, portanto, uma nova ecologia da ação comunicacional que estabeleça um diálogo ético circular em todo o processo de comunicação. Em uma sociedade de informação “tecnologizada” e massificada, torna-se urgente repensar a inserção e o papel de mim e do outro no fazer da comunicação. Requer um intenso exercício de monitoramento reflexivo por parte de jornalistas, publicitários e demais profissionais e pesquisadores da comunicação (reflexividade). Faz-se necessário repensar porque estamos comunicando e para quem (interseccionalidade). É sobre colocar-se no lugar do outro e buscar uma compreensão objetiva, subjetiva e complexa (MORIN, 2011) do sujeito e do seu contexto cultural. Apenas assim seremos capazes de administrar humanamente as diferenças, abraçando a diversidade.

Uma ecologia da ação comunicacional reivindica, portanto, uma estratégia que repense o papel da informação a partir de quem e a faz e para quem. Ela, quando rasa e inexata, torna-se gatilho para a incompreensão, “uma arma fatal na medida em que as disputas da diversidade cultural necessitam do tempo e da lentidão para superar os estereótipos” (WOLTON, 2011, p. 58). Em última instância, uma ecologia da ação comunicacional trata de dar um novo sentido ao fazer comunicacional, reinserindo o pressuposto básico da sua função social para uma cultura democrática.

4. Considerações finais

Conforme apontado por Lyotard (1986), o cenário pós-moderno apresenta-se na forma de *bits*, na transição da era industrial à pós-industrial, da modernidade de átomos à pós-modernidade de bits. A técnica é o novo motor do conhecimento científico, que busca

se alinhar às expectativas financeiras das grandes corporações que a desenvolvem. Wolton (2011) traduz esta realidade para o campo da comunicação. O autor considera que estes *bits* foram transformados em avalanches de informação. Produz-se, dissemina-se e consome-se informação incessantemente.

Entretanto, tamanho volume de imagens, sons e textos transmitidos midiaticamente não conseguem ter seus sentidos absorvidos criticamente por seus receptores. Wolton aponta para um descompasso entre a quantidade de informações consumidas e o conhecimento necessário para interpretá-las. Na esteira deste panorama, Morin (2011) reforça a crítica ao que ele chama de “tecnociência” e introduz a problemática da diversidade como consequência de uma ecologia da ação que não considera o outro como parte intrínseca do ato ético.

Diante desta situação, argumentamos a favor de uma ecologia da ação comunicacional baseada nos princípios da reflexividade e da interseccionalidade. Buscamos repensar o processo de comunicação a partir das posições discursivas de quem as produz e pelas subjetividades que circulam nas diferenças culturais marcadas por gênero, raça, classe, sexualidade, etc. Trata-se, portanto, de repensar quem é o receptor e, ao mesmo tempo, de incorporar um exercício de autocrítica. Conhecendo a nós mesmos é que conseguiremos nos comunicar com o outro. Em síntese, a ecologia da ação comunicacional refere-se a um projeto de dimensão antropológica orientado à convivência, à tolerância e à democracia.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu** (26), jan-jun, 2006.

GIDDENS, A. **Modernity and self-identity: Self and Society in the Late Modern Age**. California: Stanford University Press, 1991.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEGEL, G. W. F. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. São Paulo: Centauro, 2001.

-
- JAMESON, F. Pós-modernidade e sociedade de consumo. **New Left Review**. N. 146, jul/ago, 1984.
- LYOTARD, J-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos** - o declínio do individualismo. São Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MARTINS, M. de L. **O lugar da Cultura na era da mobilização do humano pela tecnologia**. Braga: UniMinho, 2015.
- MEAD, G. H. **Mind, Self and society**: The Definitive Edition. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg**. São Paulo: Cia Nacional, 1972.
- MORIN, E. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1921.
- MORIN, E. **O método 6**: Ética. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011b.
- NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**, v.11 n.2 jul/dez 2008.
- PRINS, B. Narrative accounts of origins: a Blind Spot in the Intersectional Approach? In: **European Journal of Women's Studies**, v. 13, n. 3, 2006. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350506806065757>>. Acesso em: 04 maio 2019.
- RÜDIGER, F. **Cibercultura e pós-humanismo**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.
- SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. In: **Estudos avançados**, São Paulo, v.2, n.2 maio/agosto 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 maio 2019.
- WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.